

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Vácuo

A aposta das frentes parlamentares é de que o governo não tem interesse, hoje, em modificar o arcabouço e tampouco mexer nos vespeiros das reformas administrativa e previdenciária. A oposição mais vinculada ao ex-presidente Jair Bolsonaro também não. Logo, há um espaço para debater esses temas e propor alternativas.

## Tal e qual a tributária

Os estrategistas e presidentes das frentes parlamentares acreditam que se o Congresso conseguir levar adiante uma proposta de novo marco fiscal, ainda neste semestre, o governo terá que correr atrás, da mesma forma que fez na regulamentação dos impostos sobre consumo aprovada na Câmara.

## Esqueceram deles

A resolução do PL que proíbe coligações com partidos de esquerda deixou de fora o PSB comandado por Carlos Siqueira. Em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, as legendas estão juntas no apoio a Beto Pereira (PSDB).

## Por que desmatou?

Os ministérios da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e da Agricultura firmaram um acordo para identificar o que existe em locais desmatados. A ideia é cruzar dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com os do Ministério da Agricultura a fim de saber se o que existe nas áreas desmatadas é pecuária, agricultura ou garimpo. E a partir daí, montar um programa capaz de resolver essa chaga.

# Frentes querem novo marco fiscal

As dificuldades financeiras do governo vão pautar o semestre, haja vista o encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na noite de quinta-feira, para tratar da economia. Por isso, da mesma forma que promoveram os primeiros debates da reforma tributária, as frentes parlamentares vão trabalhar em busca de um novo marco fiscal, capaz de substituir o arcabouço, que eles consideram ineficaz para responder aos anseios do país. A ideia é dar mais responsabilidade aos congressistas na parte orçamentária, evitar que os cortes recaiam sobre as emendas e, ao mesmo tempo, dar racionalidade às sugestões de deputados e senadores

ao Orçamento da União. A primeira grande discussão será num seminário, em gestação para setembro ou outubro, quando terminam as eleições municipais.

Em tempo: os políticos não ficaram nada satisfeitos em ver o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, entrar na seara das emendas — e, agora, querem correr para dar uma resposta não só ao STF, mas, também, ao Poder Executivo. Receiam que isso possa comprometer o controle de parte do orçamento pelo Poder Legislativo. Por isso, vão entrar no marco fiscal.



## CURTIDAS

**Notícia boa é com ele.../** Lula tem cumprido à risca o que mencionou em várias reuniões ministeriais: fazer pessoalmente os anúncios dos novos programas de governo. Fez isso, por exemplo, com os recursos da inteligência artificial, com a ampliação do programa Pé de Meia para estudantes do projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e com investimentos para conclusão da Transnordestina.

**... para organizar a plataforma/** Os vídeos de todos esses anúncios estão devidamente catalogados para, se for o caso, serem usados numa possível campanha eleitoral. A ordem é mostrar um presidente ativo e repleto de bons projetos para apresentar.

Wilson Dias/Agência Brasil



**Por falar em campanha.../** A campanha presidencial está muito longe, mas o vídeo manipulado com o falso abraço de Celso Amorim (foto) a Nicolás Maduro, postado pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), indica que a briga será da cintura para baixo.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Oceanógrafa é eleita secretária-geral e será a principal autoridade mundial sobre exploração mineral em mares profundos

# Brasileira chefia agência dos oceanos

» VINICIUS DORIA

A oceanógrafa brasileira Letícia Carvalho foi eleita, ontem, é a nova secretária-geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, na sigla em inglês), organismo das Nações Unidas que reúne 168 países mais a União Europeia, e administra a exploração de minérios na chamada Área, a parte internacional dos oceanos. É a primeira vez que uma mulher negra assume o posto mais alto da ISA, assim como é inédita a escolha de uma latino-americana para o cargo, ocupado atualmente pelo britânico Michael Lodge, que tentava o terceiro mandato.

A brasileira é especializada em regulação de exploração de petróleo no mar, área em que atuou por quase 20 anos no Ministério do Meio Ambiente. Atualmente,

ocupa o posto de diretora de Oceanos e Águas Doces no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

No comando da ISA, Letícia pretende devolver a credibilidade do órgão, afetada por suspeitas de ligações do atual diretor-geral com países e empresas interessados na exploração comercial dos recursos minerais no fundo do mar. A brasileira promete uma governança baseada na ciência e na necessidade de preservação do leito marinho internacional como patrimônio da Humanidade, como estabelece a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Como organismo internacional, a ISA — sediada na Jamaica — é o principal fórum de discussão científica sobre recursos minerais dos oceanos e de negociação

Paulo de Araújo/MMAMC



**Nenhuma empresa, seja qual for a sua escala ou relevância, pode começar a minerar (em mares internacionais) sem que a base regulatória esteja bem estabelecida e haja consenso (entre os países)»**

**Letícia Carvalho, brasileira eleita secretária-geral da ISA, órgão da ONU que regula a exploração mineral oceânica**

de acordos de cooperação bilaterais e multilaterais. A autoridade é considerada estratégica para evitar uma corrida sem regras pelas riquezas do fundo do mar.

O Brasil é protagonista nos debates sobre proteção e uso sustentável do ambiente marinho e busca se consolidar como uma nação oceânica. Atualmente, a mineração em mares internacionais é proibida, mas

a ISA concede licenças de exploração científica, que abastecem de informações governos e empresas.

No ano passado, o Brasil aderiu ao grupo de países que defende a adoção de uma moratória de 10 anos na exploração mineral, para que seja estabelecido um arcabouço regulatório que assegure a preservação dos biomas marinhos. Para a

comunidade científica, a exploração no fundo do mar provocaria elevado impacto ambiental, de difícil mitigação.

Em entrevista ao *Financial Times*, nesta semana, Letícia disse não acreditar que “nenhuma empresa, seja qual for a sua escala ou relevância, pode começar a minerar (em mares internacionais) sem que a base regulatória esteja bem estabelecida e

haja consenso (entre os países)».

Os minerais que o fundo do mar esconde — como cobre, manganês, lítio, cobalto e terras raras — são cobiçados pelas indústrias de alta tecnologia. Alguns desses minérios podem ser encontrados a grandes profundidades, depositados no leito marinho sob a forma de pequenas pepitas arredondadas — os nódulos polimetálicos.

Reprodução/Redes sociais



Na gravação feita em 8/1, Fátima disse que iam “pegar o Xandão”

## 8 DE JANEIRO

# Moraes: 17 anos para “Fátima de Tubarão”

» ALINE GOUVEIA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem pela condenação de Maria de Fátima Mendonça Jacinto, a “Fátima de Tubarão”, a 17 anos de prisão em regime inicial fechado. A mulher de 69 anos foi flagrada no ataque de 8 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas tentaram um golpe de Estado

ao invadirem e depredarem as sedes dos Três Poderes.

Ela é acusada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) dos crimes de associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado. Fátima ficou conhecida por meio de um vídeo, feito durante o ataque ao Palácio do Planalto, que

circulou pelas redes sociais.

“Vamos para a guerra, é guerra agora. Vamos pegar o Xandão agora”, disse, referindo-se ao ministro Alexandre de Moraes, relator da ação no STF.

Fátima foi detida na terceira fase da Operação Lesa-Pátria, em 27 de janeiro de 2023, 20 dias depois da tentativa de golpe. Em junho, Moraes manteve a prisão preventiva, apesar de defesa da mulher apresentar recurso para

retirá-la da cadeia sob a alegação de problemas de saúde.

“Verifico que a defesa não trouxe argumentos aptos a afastarem os fundamentos da decisão que decretou a prisão preventiva da ré, que se mantém íntegros na atualidade, não se comprovando nos autos excepcionalidade alguma que justifique sua revisão”, frisou Moraes. O caso é julgado pelo plenário virtual e vai até 9 de agosto.